

O Eu entre o Poder, as Mentiras e as Realidades

Immanuel Kant, grande filósofo de fins do século XVIII, teria dito que mentir jamais poderia ser eticamente justificável, além de deixar claro que descartava qualquer exceção a essa regra. A nós parece, porém, fácil imaginar situações que refutem a pretensa superioridade ética da opção por jamais mentir. Exemplo claro é o do cidadão que, vivendo sob uma ditadura que aniquila opositores, recebe em casa um ativista defensor dos direitos humanos a fugir de perseguição da polícia política.

Esta, então, bate à sua porta e pergunta se há alguém ali além dele, ou se por acaso tem notícia do "subversivo perigoso" tão procurado, que teria sido visto pelas redondezas.

Evidentemente, caso não minta, esse indivíduo comete grave infração ética, pois entrega o ativista a seus algozes, que certamente o levarão a uma sala de tortura e à morte.

Fica evidente, pois, que diante de tal inimigo, mentir é a única opção correta. Sendo esse poder policial ilegítimo, pois exercido por ditadores, não há por

quê reconhecê-lo, e o dever ético de mentir em defesa de um opositor ameaçado se impõe.

Desse exemplo, podemos extrair elementos básicos sempre em cena quando entre verdade (V) ou mentira (M):

A) Personagens:

1) O declarante D;

2) A figura F a quem a declaração é proferida;

B) Forças:

1) Poder, arrogado ou suposto, de F;

Verdade (V) ou mentira (M) são atributos de declarações que implicam sempre numa relação de poder entre o declarante e quem o interroga;

2) Esse poder de F pode ser legítimo, ou não;

3) A processo de deliberação de D entre V e M. Essa opção entre mentir e dizer a verdade se processa no Eu consciente, e implica num processo de aquilatar, tomar posição perante, aceitar ou não, o poder efetivo ou suposto, encarnado por F, o receptor da declaração.

Quando alguém conta uma mentira, fora de situações de exceção como a do confronto com a polícia política, cria em sua própria mente um registro de memória, no jogo dos limites entre a consciência e o inconsciente, dois eventos paralelos,

diante dos quais o Eu se bifurca, de maneira mais ou menos marcante. Essa bifurcação gera vertentes associativas, que atuam como teias de captação da realidade.

Nos casos em que o evento E é relevante, essa bifurcação gera dois fluxos de associações entre os registros de memória. Tais teias divergentes tentam manter coerência seja com o evento verdadeiro, seja com evento falseado pela mentira. Pra perceber o que se quer dizer aqui, lembre-se o famoso conselho: "mentira tem pernas curtas". A coerência são as essas pernas, os fios das teias de captação e interpretação do mundo. Quanto mais importante for o evento sobre o qual se mente, mais difícil será manter a coerência entre as associações derivadas da mentira, mais frágil a captação do mundo. A teia de associações é como que o órgão mental de captação e interpretação do mundo. Disto resultam insegurança, fragilidade do Eu, e graus variáveis de confusão pra discernir qual a realidade vivida pelo indivíduo, qual a vertente associativa que se refere à realidade factual em que o declarante se insere.

O teste de realidade, portanto, se enfraquece a cada mentira sobre eventos

significativos.

O Eu emerge fragilizado, pois gera teias divergentes de captação do mundo.

A personalidade passa a ter mais de uma vertente de coerência interna.

Corolário: mentir é reconhecer o poder daquele a quem se sonega a verdade. Quando se faz isso com leviandade, emerge como vítima da mentira o vínculo do próprio sujeito que mente com a realidade.